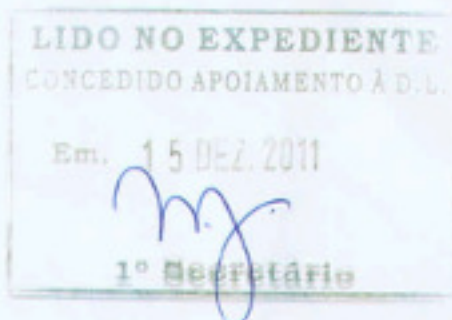




OF/CTL/CC nº 5495/2011

Curitiba, 08 de dezembro de 2011



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em, 13/12/2011

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 183/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei o Projeto de Lei nº 238/2011**, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 238/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por escopo dispor sobre a concessão de nova placa ao proprietário de veículo automotor cuja placa tenha sido clonada, tendo como finalidade evitar problemas advindos da clonagem de placas.

Antes de tudo, faz-se necessário analisar os aspectos formais do presente projeto, a começar pela competência legislativa.

A Constituição Federal estabelece, *em seu artigo 22, XI, que a competência para legislar sobre trânsito constitui competência privativa da União:*

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XI - trânsito e transporte;

Assim, em decorrência do artigo suso citado, somente por Lei Federal, de competência legislativa da União Federal e de aplicação em todo o território brasileiro, podem ser fixadas normas gerais sobre trânsito e transporte.

Desta forma, clarividente que o presente projeto de lei vem de encontro com o que ensina a Constituição da República.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
Prot.nº 11.270.926-6



Porém, ainda que o Estado detivesse a prerrogativa de legislar concorrentemente, caberia ao Poder Executivo fazê-lo.

Ressalte-se que o **DETRAN** é vinculado à **SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, conforme leciona a Lei 5.860/1968, senão vejamos:

Súmula: Denomina Departamento de Trânsito - DETRAN, o atual Departamento do Serviço de Trânsito, da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O atual Departamento do Serviço de Trânsito, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, passa a denominar-se Departamento de Trânsito - DETRAN.

Deste modo, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL em seu artigo 66, estabelece como competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre as Secretarias de Estado:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 87, III, também da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

No que tange a sua competência, disciplinada pelo CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO, em seu artigo 22, os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados são os entes competentes por vistoriar e emplacar os veículos automotores de sua circunscrição, senão vejamos:

Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

(...)

III - vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa, e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

(...)

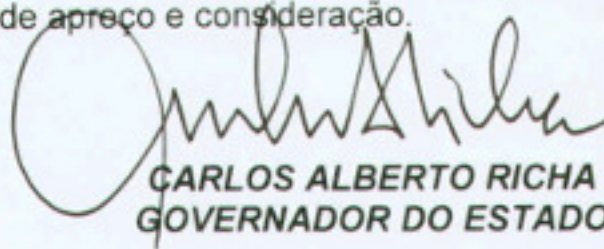
XVI - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN.

(grifo nosso).

Diante do exposto, resta claro que o presente projeto de lei é inconstitucional, pois adentra em matéria legislativa de competência privativa da União e, ainda que fosse de competência concorrente, o presente projeto contém vício de iniciativa, visto que a responsabilidade pela fiscalização e emplacamento dos veículos automotores do Estado do Paraná é do DETRAN-PR, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 238/11
(Autoria do Deputado Caíto Quintana)

Dispõe sobre a concessão de nova placa, pelo DETRAN-PR, ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º O proprietário de veículo automotor, cuja placa tiver sido clonada, terá direito à substituição da mesma, após a comprovação efetiva da clonagem, mediante processo administrativo.

Parágrafo único. O novo emplacamento e a nova documentação do veículo a que se refere o *caput* serão providenciados pelo DETRAN-PR sem custo para o proprietário.

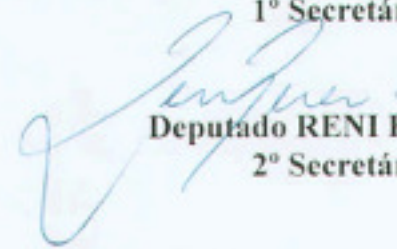
Art. 2º Concedida a nova placa, será imediatamente dado baixa no sistema da placa anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de novembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/11

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 041/11

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5495/11

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 238/2011, de autoria do Deputado Caito Quintana, que dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Detran-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 238/11, de autoria do Deputado Caito Quintana que, dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Detran-PR ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 09

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 238/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **18 de novembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 041/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **08 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



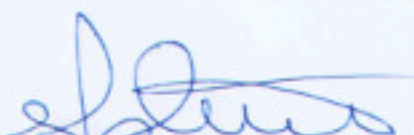
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Curitiba, 14 de fevereiro de 2012

À

Presidência da Mesa Diretora

Assembleia Legislativa do Paraná



REQUERIMENTO

O deputado que o presente subscreve solicita a retirada da Ordem do Dia do veto nº 041/2011, aposto ao projeto de lei nº 238/2011, de conformidade com a concordância com as demais lideranças.

Sem mais para o momento,

Dep. Luciano

Deputado Caio Quintana

Líder do PMDB

Dep. Everton

*Anulando a
votação do
Projeto*

*Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo*



OF/CTL/CC nº 225/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



Proposição VETO Nº 011/12.

- I – À DAP para leitura no expediente
II – A DL para providências.

Em, 23/01/2012

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 290/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei o Projeto de Lei nº 260/2011**, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 260/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer normas para a utilização de sacos e sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos situados no Estado do Paraná.

Inicialmente, oportuno salientar que o projeto de Lei em comento obriga que os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná que utilizam sacolas plásticas, somente poderão disponibilizá-las se forem fabricados, exclusivamente, com matérias-primas biodegradáveis derivadas, total ou parcialmente, de fontes de origem renovável natural.

Desta forma, com essa exigência, os estabelecimentos que utilizam as sacolas plásticas deverão atender às exigências da Lei, adquirindo sacos plásticos fabricados com matérias-primas biodegradáveis derivadas, notoriamente mais caras dos que as sacolas comuns. Sendo assim, os estabelecimentos comerciais provavelmente não irão arcar com mais esse custo, repassando este aumento ao consumidor.

Ainda, ao propor a substituição das sacolas convencionais pelas biodegradáveis, o projeto de lei gera no imaginário das pessoas a falsa ideia de que as novas embalagens poderiam ser descartadas sem qualquer dano ao meio ambiente, o que não é verdade. Essas embalagens supostamente biodegradáveis são plásticos oxidegradáveis ou fragmentáveis, que recebem aditivos químicos para acelerar o processo de degradação.

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.756-6

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 FEV. 2012

1º Secretário



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Assim, diante de todo o exposto, entendemos que o Projeto de Lei ora em análise é contrário ao interesse público.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 260/11
(Autoria do Deputado Caíto Quintana)

Estabelece normas para a utilização de sacos e sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos situados no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná que utilizem sacos ou sacolas plásticas somente poderão disponibilizá-los se forem fabricados, exclusivamente, com matérias-primas biodegradáveis derivadas, total ou parcialmente, de fontes de origem renovável natural.

Parágrafo único. Entende-se por matéria-prima biodegradável aquela que apresenta biodegradação por processos biológicos, em condições naturais adequadas, atendendo aos seguintes requisitos:

I – biodegradação em, no máximo, 18 (dezoito) meses;

II – o material utilizado deve se biodegradar em, no mínimo, 70% (setenta por cento);

III – resíduos finais que não sejam tóxicos ou danosos ao meio ambiente e que resultem em gás carbônico, água e biomassa.

Art. 2º Os sacos e sacolas plásticas mencionadas no art. 1º deverão ser confeccionados com material resistente e que suporte o peso dos produtos.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º, terão o prazo de 01 (um) ano para se ajustarem aos termos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 011/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 011/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 225/2012

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 260/11, de autoria do Deputado Caíto Quintana que estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 260/11, de autoria do Deputado Estadual Caíto Quintana, que estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 260/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de dezembro de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 011/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 09 de janeiro de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



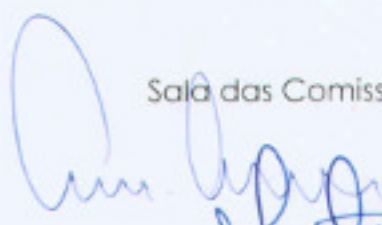
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

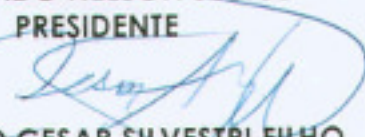


CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

APROVADO REQUERIMENTO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 MAR. 2012

Ruy
1º Secretário

*Requer a retirada por 03 sessões da
Proposição 011/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 260/11, item 02 da
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 03 sessões** da Proposição 011/12, veto aposto ao Projeto de Lei 260/11, item 02 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 12 de março de 2012.

Ademar Traiano
Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

*Anote-se a
justificativa
referência
2-7-12
Maurício Roberto Borges
Diretor Legislativo*

Engelberto
LÍDER DA OPOSIÇÃO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 248/11

Determina a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON/PR, nos locais que especifica.

Art. 1º É obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON/PR – Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, nos seguintes locais:

I – portos e aeroportos;

II – *shopping centers*;

III – centros e empreendimentos comerciais que possuam acima de 65 (sessenta e cinco) lojas;

IV – supermercados de grande porte, assim definidos aqueles que tenham mais do que 10.000 m² (dez mil metros quadrados) de área construída.

§ 1º O espaço para instalação do posto fixo de atendimento do PROCON/PR poderá ser oferecido através de quiosque, desde que haja condições adequadas para atendimento ao público.

§ 2º A disponibilização deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da vigência desta Lei, sob pena de multa prevista no art. 3º.

Art. 2º Os postos de atendimento ao consumidor atenderão apenas conflitos e questionamentos oriundos de relações de consumo ocorridas no local onde estiverem instalados, condição que deverá ser comprovada pelo consumidor com a apresentação da nota fiscal ou documento semelhante que ateste a compra de bens ou contratação de serviço.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, cabendo-lhe a disciplina das regras de implantação e as dimensões do espaço destinadas aos postos de atendimento, de acordo com a demanda específica de cada local, bem como a previsão de penalidades aos proprietários ou empreendedores dos estabelecimentos que descumprirem as determinações desta Lei.

Art. 4º As despesas necessárias à execução da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

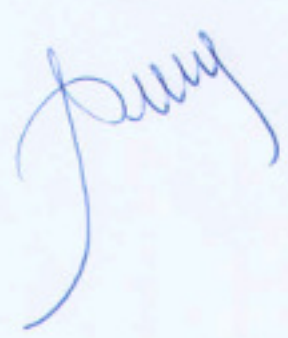
Sala das Comissões, 19 de março de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 411/11

Dispõe sobre penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres (trote telefônico).

Art. 1º Fica instituída a aplicação de multa ao proprietário de linha telefônica responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres.

Parágrafo único. Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável.

Art. 2º Os órgãos e instituições públicas, responsáveis pela prestação dos serviços de emergência aqui tratados, deverão anotar o número telefônico de onde se originou o trote e enviar ofício às empresas prestadoras de serviços telefônicos para que essas informem os dados do proprietário.

§ 1º As empresas prestadoras de serviços telefônicos terão o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer as informações, sob pena de multa de 20 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), duplicando-se tal valor em caso de reincidência.

§ 2º As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em relatório separado para futuro levantamento de

incidência geográfica e posterior identificação pelo órgão competente, podendo ser adotadas medidas preventivas.

§ 3º Havendo possibilidade da identificação do autor do acionamento indevido por telefones públicos, esse será responsabilizado e deverá ser penalizado na forma desta Lei.

Art. 3º Identificados os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido, na forma prevista no artigo anterior, serão enviados os relatórios ao órgão estadual competente que adotará as medidas cabíveis, inclusive a lavratura do Auto de Infração e o envio da multa ao endereço do infrator.

Parágrafo único. Após o recebimento do Auto de Infração, os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa por escrito junto ao órgão competente, que poderá acatar o pedido cancelando a aplicação da multa.

Art. 4º A multa a que se refere o art. 1º desta Lei será de 02 (duas) UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná) e cobrada em dobro no caso de reincidência.

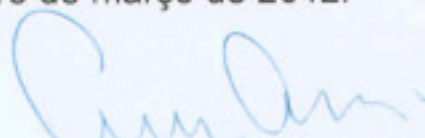
Art. 5º Não havendo o pagamento da multa pela via administrativa, o Estado poderá realizar a cobrança pela via judicial.

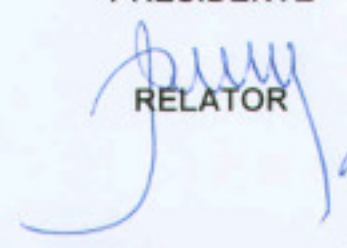
Art. 6º Todo o valor arrecadado com as multas estabelecidas nesta Lei será repassado ao FUNESP/PR (Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná).


Art. 7º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 493/11

Obriga açougues e supermercados a fornecerem informações sobre seus produtos e respectivos fornecedores.

Art. 1º Os açougues, supermercados ou comerciantes de carnes em geral ficam obrigados a expor, em local visível aos consumidores, o nome, o telefone e o endereço do frigorífico fornecedor do produto colocado à venda, bem como o prazo de validade do produto.

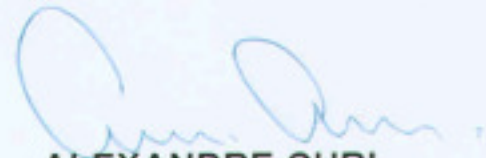

Art. 2º O não cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei acarretará aplicação das sanções previstas na forma dos arts. 56 e 57, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. O PROCON/PR (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor) e os PROCONs municipais farão a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei, sendo que o valor da multa arrecadada será revertido para o Fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, gerido pelo respectivo Conselho Gestor, nos moldes do disposto no Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.


Art. 3º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

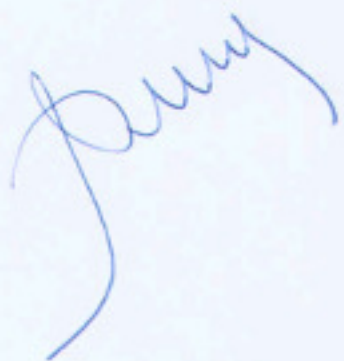
Sala das Comissões, 19 de março de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.
Fls. 02
f

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 MAR. 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº 196/11

Altera o artigo 27 da Lei nº
13.806, de 30 de setembro de 2002.

Art. 1º Fica alterado o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 27 O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado, prioritariamente, nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões vigentes.

§ 2º Fica assegurada a toda a população, acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O₃, SO₂, NO₂, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único.”

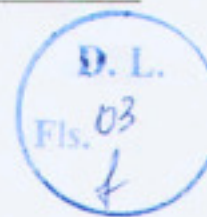
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2011.

PASTOR EDSON PRACZYK
Deputado Estadual

RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV





JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba.

Atualmente existem treze estações de amostragem do ar, quatro delas em Curitiba (Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça Ouvidor Pardinho) que analisam de trinta em trinta segundos os índices de O₃ (ozônio), NO (nitrogênio), NO₂ (dióxido de nitrogênio), CO (monóxido de carbono), PTS (particular totais em suspensão) e PI (partículas inaláveis). Em Araucária estão localizadas outras quatro estações automáticas. A estas oito estações automáticas somam-se as quatro manuais de Araucária e Curitiba, as quais fornecem médias diárias para SO₂, PI PTS em uma delas.

A soma das estações automáticas e manuais constitui uma rede de monitoramento que possibilita a real avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana. Consideramos importante que os resultados dessa avaliação possam ser facilmente consultados pela população, para que assim cada um tome as providências que considere importantes para a preservação da sua qualidade de vida e de seus familiares.

Para tanto, certos da importância da presente proposta, pedimos o apoio dos senhores e senhoras Parlamentares.

tz



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 196/11

Projeto de Lei nº 196/11

Autor: Dep. Pastor Edson Praczyk

Súmula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, visa alterar dispositivos da Lei nº 13.806/02 que dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar.

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 25

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 07 de junho de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 196/2011

Autor: Deputados: Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues

Súmula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues, objetiva alterar o art. 27 da Lei nº 13.806, de 2002, condicionando melhor qualidade do ar, coibindo a poluição atmosférica e avaliar a concentrações de poluentes que possam prejudicar a qualidade do ar.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado com relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 196/2011, na qual passo a relatar:

O Projeto de Lei nº 196/2011 trata exclusivamente de assunto envolto ao interesse público. Uma vez que propicia condições para combater possíveis poluentes que possam prejudicar a saúde de nossa população. Criando um monitoramento da qualidade do ar através de medidas de amostragem e análise normatizados. Inclusive dando condições para que a população tenham acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar.

No que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo. Por se tratar de matéria que atende ao interesse público, uma vez que as ações impostas irão trazer melhores condições de saúde para a população paranaense.

III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 196/2011 na sua forma apresentada.



IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 196/2011, os Deputados que compõem a Comissão Saúde, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adélino Ribeiro Silva
Relator

Comissões, 06/07/11



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 196/11



Projeto de Lei nº 196/11

Autoria: Deputados: Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues

Objetivo: Altera o artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

O Projeto em pauta objetiva tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba. Hoje, existem treze estações de amostragem do ar, sendo quatro delas em Curitiba: Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça do Ouvidor Pardinho, que analisam de trinta em trinta segundos os índices de Ozônio (O₃), de nitrogênio (N), dióxido de nitrogênio (NO), monóxido de carbono (CO), particular totais em suspensão (PTS), e Partículas inaláveis (PI). As outras quatro estações automáticas estão localizadas em Araucária, enquanto que as quatro manuais estão divididas, duas em Araucária e duas em Curitiba. Suas finalidades são – tanto as automáticas, quanto as manuais – constituem uma rede de monitoramento que possibilita a avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana. Considera-se importante que os resultados dessa avaliação possam ser facilmente consultados pela população, para que assim cada um tome as providências que considere importantes para a preservação da sua qualidade de vida e de seus familiares.

Essas palavras estão contidas na justificativa do projeto. A Lei nº 13.806/2002, diz em seu artigo 1º - As atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão de qualidade do ar, são regidas pela presente lei, atendidas as disposições da legislação federal.

Artigo 27, da mesma lei (o artigo que o presente projeto pretende modificar) diz: "O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado prioritariamente nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possa afetar significativamente a qualidade do ar".

"Parágrafo Único – O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar métodos de amostragem e análise normatizados, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões de qualidade vigentes".

O Projeto em pauta, acrescenta:

Renomeia o parágrafo único em PARÁGRAFO PRIMEIRO, mudando os termos "métodos de amostragem, para medidas de amostragem e ssssssgs...".

E acrescenta o parágrafo SEGUNDO, que diz:

"Fica assegurada a toda a população, acesso e acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar a cada hora a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, em relatório único".

Entendo que esta Comissão chamada a opinar sobre o Projeto que se refere a alteração do artigo 27 da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, tomando a iniciativa de nenhum programa novo, sobre o meio ambiente, e, portanto, dar parecer favorável ao presente projeto, não fere qualquer preceito constitucional, pois a Lei já existe.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 32
f

E como as Comissões Permanentes são as analisam e emitem parecer técnico-legislativo ou especializado e/ou fiscalizam os atos do Poder Executivo, de acordo com seus campos temáticos, no âmbito de suas respectivas funções.

Assim, entendo que o presente Projeto em se transformando em Lei, colocará um parágrafo na Lei 13.806/02, que dará liberdade à qualquer cidadão – pessoa física ou jurídica – que ter acesso aos boletins que emitem os resultados da análise da qualidade do ar em Curitiba e na região metropolitana, e, também no interior do Estado.

Desta forma o nosso **PARECER É FAVORÁVEL**, à continuação da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 2011.

Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI 196/11

Projeto de Lei nº 196/11

Autores: Dep. Pastor Edson Praczyk e Dep. Rasca Rodrigues

Sumula: Altera o artigo 27 da Lei nº 13,806, de 30 de setembro de 2002, que dispõe sobre as atividades pertinentes ao controle da poluição atmosférica, padrões e gestão da qualidade do ar.

I – PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues, objetiva alterar o art. 27 da Lei nº 13.806, de 2002, incluindo parágrafo no qual garante à população o acesso ao acompanhamento dos dados do sistema de monitoramento da qualidade do ar do Estado do Paraná. Pretende ainda que o Estado disponibilize a cada hora os dados das estações automáticas e diariamente os das manuais.

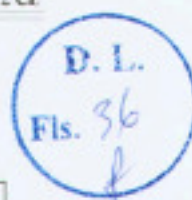
II – RELATÓRIO

Em conformidade ao artigo 30 do Regimento Interno que dispõe sobre o funcionamento das comissões permanentes, e o previsto no parágrafo segundo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2 São de competência comum das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa,

além dos preceitos específicos contidos neste Regimento Interno:

I - A emissão de pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação

processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática,

quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre

o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o

interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos.

cabe a esta comissão analisar o mérito do proposto pelo projeto.

No entendimento deste relator, a alteração da Lei permitirá melhor monitoramento por parte dos órgão de planejamento e controle ambiental, bem como propicia a transparência necessária às ações do Estado. Deve-se considerar porém, as condições operacionais impostas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

Face ao exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto por contemplar as boas práticas da gestão de Regiões Metropolitanas.


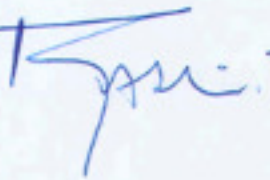
Curitiba, 31 de agosto de 2011


Dep. Gilberto Ribeiro

Relator


Dep. Toninho Wandscheer

Presidente





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA
DE PLÊNARIO

01

Pl. 07/02/12

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 196/2011

Conforme previsão do art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda modificativa ao art. 1º do Projeto de Lei 196/11, de minha autoria e do ilustre Deputado Pastor Edson, que tem por objetivo alterar o artigo 27 da Lei 13.806/02 que dispõe sobre o sistema de monitoramento do ar, com redação conforme a seguir:

D. L.
Fl. 41

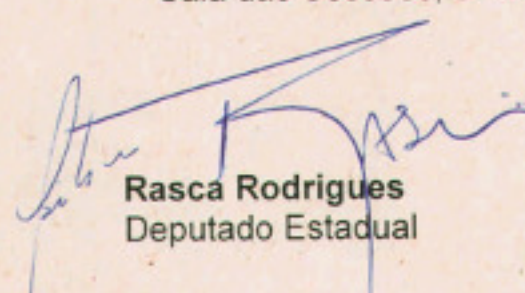
"Art. 1º - Fica alterado o artigo 27 da Lei 13.806 de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

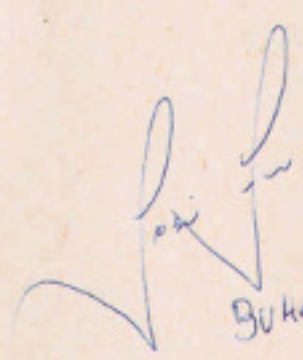
Art. 27 - (...)

§ 1º - (...)

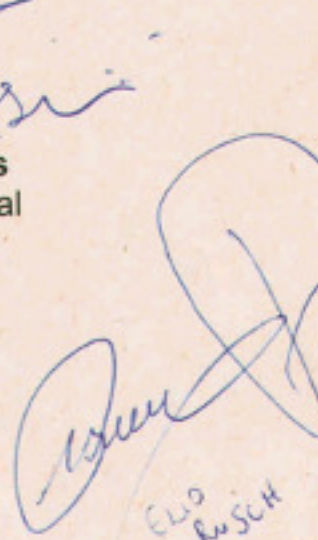
§ 2º - Fica assegurada a toda população, acesso a acompanhamento do sistema de gerenciamento de qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar diariamente a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O₃, SO₂, NO₂, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias em relatório único."

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2012.


Rasca Rodrigues
Deputado Estadual


Buhken

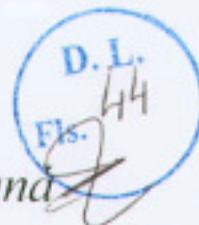

MARIA LIMA


Elio Rusch


Sampaio



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 196/11

Projeto de Lei nº 196/11.

Autor da emenda: Deputado Rasca Rodrigues.

Súmula: Fica Alterado o artigo 27 da Lei 13.806 de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

EMENTA: EMENDA DE PLENÁRIO. OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 27 DA LEI 13.806/2002, DO PROJETO DE LEI 196/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137, 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

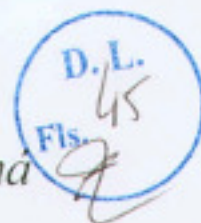
PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rasca Rodrigues, tem como objetivo alterar o artigo 27 da Lei n.º. 13.806 de 30 de setembro de 2002, que trata do sistema de monitoramento da qualidade do ar e das condições meteorológicas, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Alexandre Curi.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 46

Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.


§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grito nosso).

A modificação proposta pelo Deputado em questão no inciso VI, visa modificar o artigo 27 da Lei 13.806/2002, sendo que a Lei as ampara.

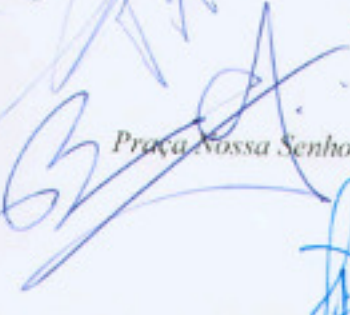
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pelo Deputado Rasca Rodrigues, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 15 de Fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

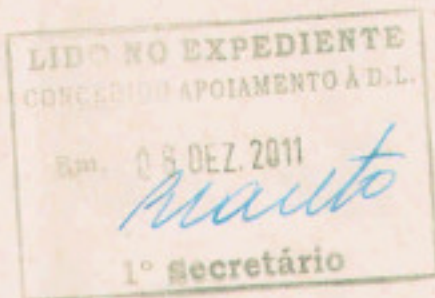


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº

945/11



Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica inserida no calendário estadual a realização da Expo Londrina como Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná nos meses de abril de cada ano.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

06/12/11

Hermas Junior
Deputado Estadual

15:00 06/12/2011 01:0063 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e inserindo a sua realização nos meses de abril de cada ano no calendário oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, tradição de anos a fio da Sociedade Rural do Paraná. Realizada na cidade de Londrina, norte paranaense, tem por intuito o progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio do Estado. Atrai pessoas de todas as regiões do Brasil e do exterior. Geralmente a feira é realizada em onze dias, com várias atrações, como festas, shows com cantores famosos, rodeio, parque de diversões, boa comida, leilões, feiras de artesanatos e culinária, festa de escolha da Rainha da exposição.

A cidade de Londrina, quando da realização da feira agropecuária, a ela se dedica integralmente. Além dos agricultores e pecuaristas que vão até a feira e movimentam aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, a feira também atrai pessoas comuns que estão dispostas à diversão.

A Expo Londrina influencia até a moda londrinense durante sua estadia na cidade. É comum notar as pessoas usando botas country, cintos com enormes fivelas e chapéu, dando o clima rural da exposição, complementada pela música sertaneja ao fundo.

A Expo Londrina movimenta milhões todo ano. São negociados maquinários de última geração, animais de porte, como gado, cavalos entre outros, nos quais os preços podem passar facilmente de um milhão e meio de reais. Várias empresas automobilísticas também se instalam no parque, à espera de maiores lucros.



O Paraná ganha também com o turismo, alimentação e moda. Há quem diga que a Expo Londrina significa para o Estado do Paraná o mesmo que o carnaval para o Rio de Janeiro ou o festival de rodeio para Barretos. Para o ano de 2012, os organizadores estimam que seja a maior feira de todos os tempos.

Por isso, peço aos meus pares que votem favoravelmente a este Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



REQUERIMENTO



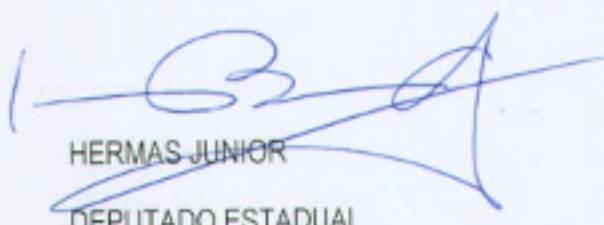
SÚMULA: REQUER URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO
DO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Exmo. Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas legais, requer URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI nº 945/2011, de sua autoria, que INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tal requerimento se justifica, tendo em vista que a feira realizar-se-á de 05 a 15 de abril, pelo que, relevante que o Projeto de Lei tramite nesta Casa e seja levado à apreciação do Exmo. Senhor Governador em data anterior à realização da feira.

Sala de Sessões, 13 de fevereiro de 2012


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Anotação
Votação
respeito

Maurício Ribeiro Borges
Diretor Legislativo

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salette, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 945/11

Projeto de Lei nº 945/11

Autor: Deputado Estadual HERMAS JUNIOR

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná e da outras providências.

EMENTA: INSTITUI A EXPO LONDRINA COMO A FEIRA AGRIOPECUARIA OFICIAL DO ESTADO DO APARANÁ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, objetiva instituir a Expo Londrina como a Feira Agropecuária Oficial do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Portanto, não há óbice ao prosseguimento do projeto.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



CONCLUSÃO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 07 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR


Ronaldo
14/02/12
CCJ.
REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

**SÚMULA: INSTITUI A EXPO LONDRINA
COMO A FEIRA AGROPECUÁRIA
OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**EMENTA: PARECER FAVORÁVEL DA
CCJ. DEMONSTRAÇÃO DE
RELEVÂNCIA DA EXPO LONDRINA
PARA O ESTADO DO PARANÁ E PARA
O SETOR DO AGRONEGÓCIO.
PARECER FAVORÁVEL**

Trata o presente de Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Junior que visa instituir a EXPO LONDRINA como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

Em sua justificativa, ressalta o autor do Projeto que a referida feira é a maior feira agroindustrial da América Latina e tem por intuito o progresso da agricultura, indústria e comércio do Estado, movimentando cerca de 20 milhões de reais com maquinários e animais, bem como, atrai pessoas para a diversão, influencia a moda na região, atrai empresas automobilísticas, desenvolve o turismo e a gastronomia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE AGRICULTURA



A levar em conta que a realização da feira tem se mostrado de relevância ímpar para o setor e para o Estado do Paraná, inexistindo outra similar, não vislumbramos óbices para a aprovação do Projeto de Lei, o qual, aliás, pela titulação, fará com que a feira se notabilize ainda mais no Brasil e em diversos outros países que se mostram interessados no agronegócio.

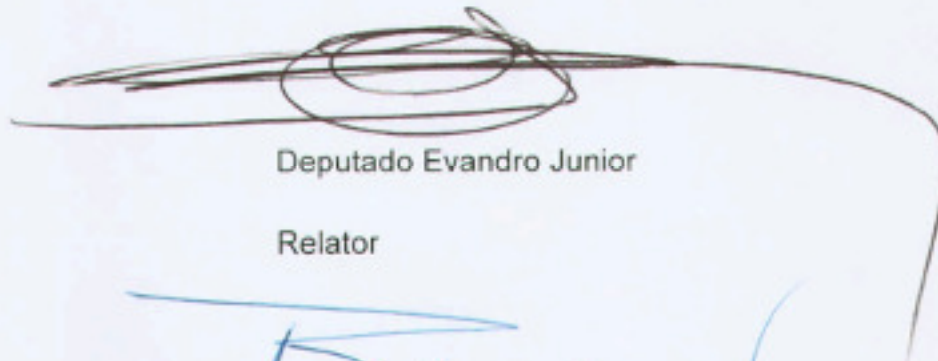
Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, 29 de fevereiro de 2012

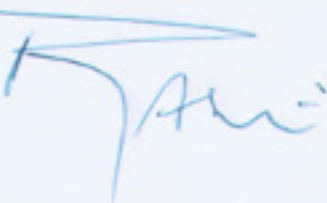

Deputado Hermas Junior

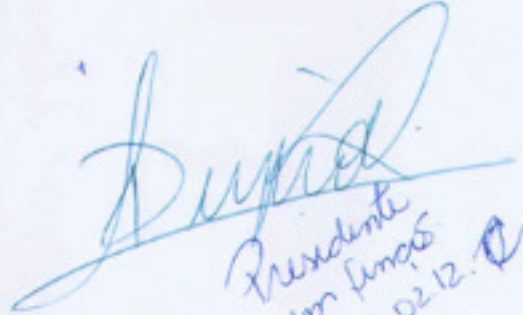

Presidente

vice-presidente

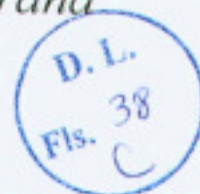

Deputado Evandro Junior

Relator


Aníbal


Presidente
em função
de 29.02.12. 2


Evandro Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 945/2011

Projeto de Lei nº. 945/2011

Autor: Deputado Hermas Brandão Jr

Súmula: Institui a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão Júnior, tem por objetivo instituir a Expo Londrina como a feira agropecuária oficial do Estado do Paraná, além de inserir a data de sua realização, no mês de abril, no Calendário Oficial do Estado.

A Expo Londrina é a maior feira agroindustrial da América Latina, realizada na Cidade de Londrina, e visa auxiliar no progresso da agricultura, pecuária, indústria e comércio na região. Normalmente tem a duração de onze dias, atrai pessoas do Brasil e do exterior com festas, shows, parques de diversões, comida, leilões, feiras artesanais e de culinária, etc. Movimenta aproximadamente 20 milhões de reais com maquinários e animais, além do montante arrecadado através do turismo, como em hotelaria e alimentação.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/02/2012, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Agricultura, no dia 29/02/2012, tendo como relator o Deputado Evandro Júnior, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



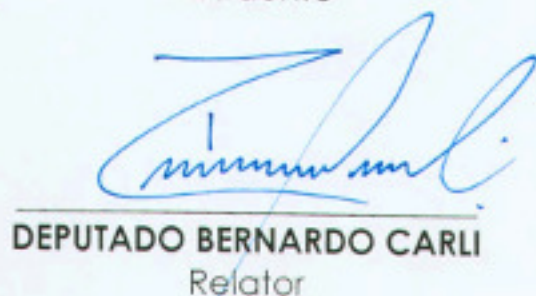
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, considerando a grandiosidade da feira e que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente



DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.01

REQUERIMENTO




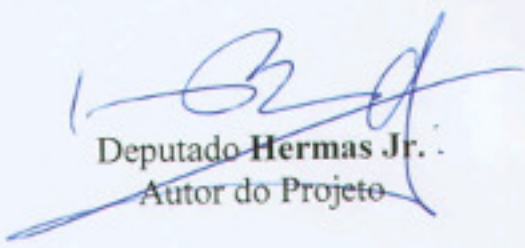
*Requer a retirada por 01 sessão
do Projeto de Lei nº 945/11, item
06 constante na Ordem do Dia da
presente Sessão Plenária.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, requerem, após ouvido o douto plenário, **Retirada por 01 sessão**, da votação do Projeto de Lei nº 945/11, item 06, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões em, 14 de março de 2012.


Deputado **Ademair Traiano**
Líder do Governo


Deputado **Hermas Jr.**
Autor do Projeto

*Anota-se
Projeto de Lei nº 945/11
item 06*



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A DESP.

Em, 12 JUL. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 570/2011.

SÚMULA: Dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, com a finalidade de prevenir e combater doenças associadas à exposição à radiação solar.

Art. 2º A prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor têm como diretrizes:

I - o estabelecimento de ações permanentes e articuladas entre entes públicos e privados voltadas à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de doenças associadas à exposição solar no ambiente de trabalho do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor;

II - o estabelecimento de parcerias com empresas e entidades para pesquisa, produção e fornecimento de meios protetivos ao trabalhador rural, ao pescador e ao aquicultor.

Art. 3º A prevenção e o controle às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor orientam-se pelos seguintes objetivos:

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
Fls. 03
7.

- I – dotar a rede de saúde e demais serviços públicos dos meios necessários para acompanhar a exposição da população a fatores de risco, para realizar a prevenção, o controle e o tratamento de doenças decorrentes da exposição solar;
- II - contribuir para a existência de uma cultura de utilização de protetores solares;
- III - estimular a população a realizar exames especializados para detecção de câncer e de outras enfermidades de pele; e
- IV - promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento da população rural sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados quando em atividade exposta ao sol.
- IV - promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento dos trabalhadores rurais, dos pescadores e dos aquicultores sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados em atividades expostas ao sol.

Art. 4º Os demais órgãos públicos, especialmente da área de assistência técnica e extensão rural, poderão dotar-se dos princípios, dos objetivos, das ações e dos serviços decorrentes desta Lei.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2011.

PEDRO LUPION

Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.

Fls. 04

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) adverte que "a exposição ao sol, de forma inadequada, pode trazer inúmeros prejuízos à pele e ainda é a responsável pelo câncer de maior incidência no Brasil - o câncer da pele." A alta incidência da doença levou a Sociedade Brasileira de Dermatologia a criar, em 1999, o Programa Nacional de Controle do Câncer da Pele (PNCCP).

Desde então, a SBD vem realizando ações diferenciadas com o objetivo de diminuir, a longo prazo, alta incidência da doença no Brasil. Para isso, a entidade promoveu campanhas informativas para médicos de atenção primária, bem como colaborou na produção de filtro solar gratuito para a população e participou de discussões na Agência Nacional de Vigilância Sanitária e no Ministério da Saúde sobre a regulamentação do bronzear artificial.

A principal ação do Programa é a Campanha Nacional de Prevenção ao Câncer da Pele, que acontece anualmente em todo o País. A SBD destaca os cuidados que os pais devem ter com as crianças, pois, segundo pesquisas realizadas pela entidade, as chances de desenvolvimento da doença são reduzidas em até 85% se os cuidados com a pele forem adotados desde a infância.

Estas campanhas são deflagradas no período que antecede às férias, quando a população se dirige ao litoral. Mas não é só a população que sai de férias que se expõe ao sol; várias categorias de trabalhadores estão expostas, diariamente e durante todo o ano, aos raios solares, em especial os trabalhadores rurais, agricultores, pescadores, empregados da construção civil e de manutenção de rodovias, garis, entre outros.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



O Ministério do Trabalho já considera o protetor solar como EPI – Equipamento de Segurança Individual e diversas empresas o fornecem, gratuitamente, aos seus colaboradores, juntamente com os demais equipamentos de segurança. Alguns municípios do país, tais como Campinas-SP, Capivari-SC, Barueri-SP, Diadema-SP, Foz do Iguaçu-PR, Campo Grande-MS, Mauá-SP, Estrela Velha-RS, já possuem ou está em fase de aprovação, legislação que regula a distribuição de protetor solar (seja incluindo como medicamento ou como EPI), tanto para empresas públicas como privadas.

A exemplo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e outras empresas públicas e privadas, que já disponibilizam o protetor solar aos seus colaboradores, acreditamos que campanhas esclarecedoras e a distribuição gratuita do protetor solar são meios eficazes de prevenção da doença e são muito mais econômicos para o Estado do que o tratamento da doença, trazendo benefício para todos.

Por tudo isso, julgamos de extrema importância a aprovação deste Programa.

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 570/2011.

Projeto de Lei nº 570/2011.

Autor: Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do agricultor, e dá outras providências.

EMENTA: COMBATE E PREVENÇÃO AS DOENÇAS ASSOCIADAS À EXPOSIÇÃO SOLAR. TRABALHADOR RURAL. ART. 7º, XXII C/C ART. 24, XII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIREITOS DO TRABALHADOR. DIREITO À SAÚDE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

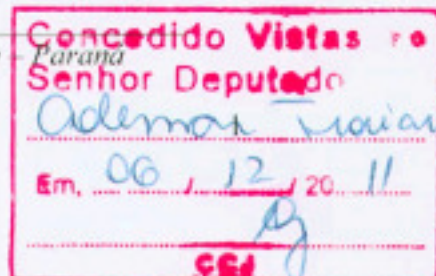
PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por intuito dispor sobre a prevenção e o combate as doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do agricultor e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Veja-se que nosso constituinte originário entendeu a saúde como tão importante que a inseriu como um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Garantindo a proteção da saúde dos trabalhadores, a Constituição Federal a seguir previu:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Em seguida, destinou como competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre saúde:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde.



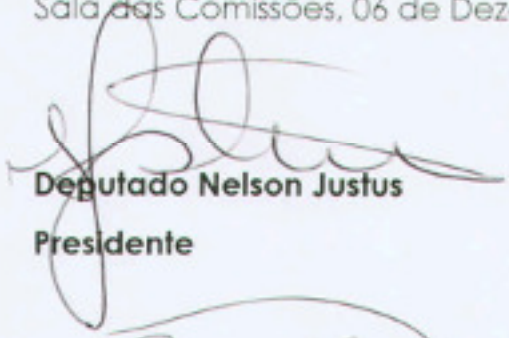
Destarte, verifica-se que o Projeto de Lei em análise visa propiciar uma melhora no que diz respeito sobre a prevenção e combate as doenças, associadas à exposição solar no Paraná por trabalhadores rurais, estando seu objeto exatamente no âmbito da saúde, esta de competência dos Estados, na forma que prevê a Constituição Federal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices do disposto pela Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de Dezembro de 2011.



Deputado Nelson Justus
Presidente



Deputado Cesar Silvestri Filho
Relator

A collection of blue ink signatures and stamps. On the left, there are several overlapping signatures. In the bottom right, there is a large, stylized signature and a stamp that appears to be a date or a reference number.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/2011

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do agricultor, e dá outras providências.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela normal tramitação do projeto.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo positivar as diretrizes e orientações referentes à prevenção e combate das doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do agricultor, indicando princípios, objetivos, ações e serviços que deverão ser adotados pelos órgãos públicos, especialmente, os da área de assistência técnica e extensão rural.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 14 de dezembro de 2011.

DR. BATISTA
Presidente

MARLA TURECK
Relatora



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570

Projeto de Lei nº 570

Autor: Deputado Pedro Lupion

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por intuito dispor sobre a prevenção e o combate as doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do agricultor e dá outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei visa prevenção e o combate as doenças associadas à exposição solar do trabalhador no Estado do Paraná.

Tendo em vista que o Ministério do Trabalho já considera o protetor solar como Equipamento de Segurança Individual e diversas empresas o fornecem, gratuitamente, aos colaboradores, juntamente com os demais equipamentos de segurança. Acredita-se que as campanhas esclarecedoras e a distribuição gratuita do protetor solar são meios eficazes de prevenção da doença e são muito mais



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

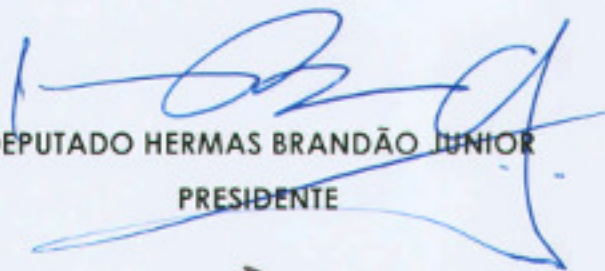
D. L.
Fls. 16
2


econômicos para o Estado do que o tratamento da doença, trazendo benefícios para todos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da grande importância da matéria em questão para o Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 29 de fevereiro 2011.

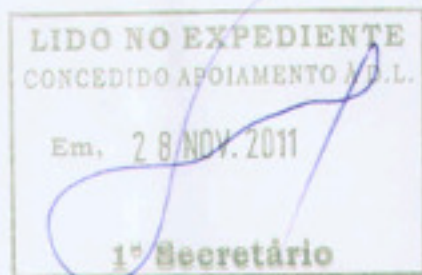

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto

D. L.
Fls. 02
de



PROJETO DE LEI Nº 922 / DE 2011

SÚMULA: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Tomate".

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Tomate", realizada anualmente, no dia 25 de Março, no Município de Reserva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

1452 28/11/2011 08:56:53 DP 052M0123 111107116 00 18346



JUSTIFICATIVA

A "Festa do Tomate" é realizada anualmente no Município de Reserva, como forma de comemorar o aniversário da emancipação política da Cidade, bem como a safra do tomate, uma das mais importantes atividades agrícolas da Cidade, que se destaca como a maior produtora de tomate do Paraná.

Durante o evento são vendidos produtos como tortas, geleias e bombons, todos feitos com o tomate. Além disso, conta com shows, rodeios e atividades ligadas a cultura.

As atrações são variadas e atendem os mais diversos tipos de público, contando inclusive com palestras técnicas e locais reservados a exposições sobre a cultura do tomate.

Em 2011 foi realizada a sua sexta edição e a festa contou com a presença de mais de trinta mil pessoas, sejam eles habitantes do próprio Município ou de cidades vizinhas.

O presente Projeto de Lei tem por objetivo homenagear a população de Reserva e ajudar na divulgação da referida festa, assegurando que seja incluída no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, razão pela qual conto com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 2011.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 922/11

Projeto de Lei nº 922/11

Autor: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto

Súmula: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Tomate"

EMENTA: INSERÇÃO NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ, A "FESTA DO TOMATE" NO MUNICÍPIO DE RESERVA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto, objetiva inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Tomate", que se realiza anualmente no dia 25 de Março.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

a valorização e a difusão das manifestações
culturais.



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e
deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes
Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

**Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação
da espiritualidade humana, deve ser estimulada,
valorizada, defendida e preservada pelos Poderes
Públicos, estadual e municipal, com a participação
de todos os segmentos sociais, visando a
realização dos valores essenciais da pessoa.**

*A própria Constituição Federal já define o
conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza
material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,
portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos
diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a
obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da
comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro,
por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e
desapropriação, e de outras formas¹.*

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem
óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



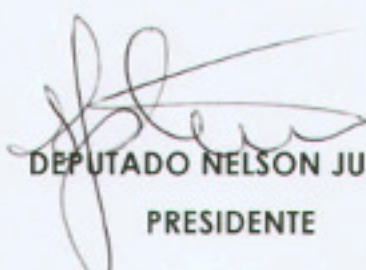
*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



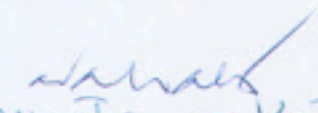
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO**
do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR


Dep. Tereza Kato
Suplente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 922/2011

Projeto de Lei nº. 922/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Tomate", realizada no dia 25 de março, no Município de Reserva.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Tomate", realizada anualmente, no dia 25 de Março, no Município de Reserva, que é considerado o maior produtor do Estado.

A festa tem como objetivo comemorar o aniversário da emancipação política da Cidade, bem como a safra do tomate na região. Durante o evento são vendidos produtos oriundos do tomate e realizados shows, rodeios e atividades ligadas a cultura. Em 2011 foi realizada a sua sexta edição, onde compareceram mais de trinta mil pessoas.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/12/2011, tendo como relator o Deputado Teruo Kato, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



que não há em nosso Calendário Oficial qualquer data com o mesmo objetivo.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

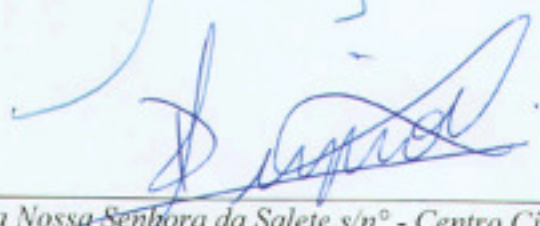
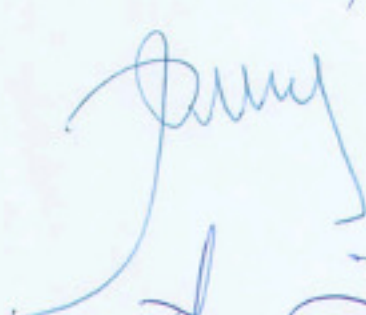
Sala das Comissões, 06 de março de 2012.



DEPUTADO ANÍBEL NETO
Presidente



DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 922/2011

Projeto de Lei nº. 922/2011

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Tomate", realizada no dia 25 de março, no Município de Reserva.

O Projeto de Lei 922/2011, de autoria do nobre Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado a "Festa do Tomate", realizada anualmente, no dia 25 de Março, no Município de Reserva.

A Cidade é considerada a maior produtora de tomate do Estado e a festa tem como objetivo comemorar seu aniversário da emancipação política da Cidade, além da safra do tomate na região. É um evento de grande porte, que conta com feiras de produtos da região, shows, rodeios e atividades culturais.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 07/12/2011, tendo como relator o Deputado Teruo Kato, e da Comissão de Turismo, no dia 06/03/2012, tendo como relator o Deputado Bernardo Carli, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar.



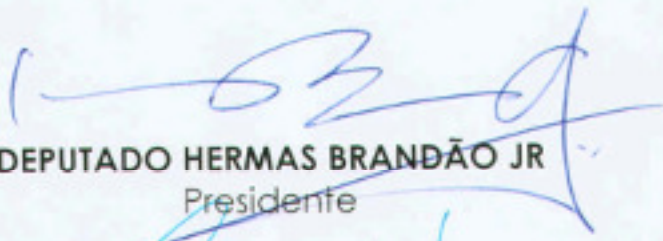
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

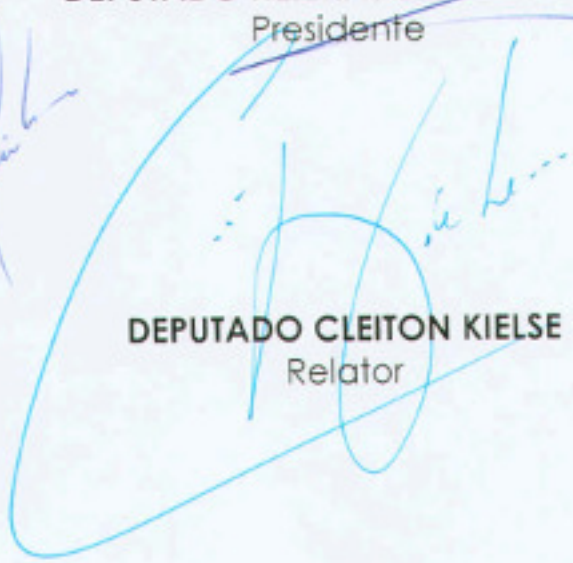


Entendemos que o presente projeto é completamente pertinente e justificável, uma vez que a referida festa mobiliza toda a região, trazendo benefícios aos produtores, às empresas, à administração da cidade e à própria população.

Desta forma, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR
Presidente


DEPUTADO CLEITON KIELSE
Relator